

IAOD do Deputado Wu Chou Kit em 16.10.2019

A construção das instalações de 5G é um passo importante para promover a cidade inteligente

Antes de mais, desejo a todos um bom trabalho nesta nova legislatura!

A União Internacional de Telecomunicações considerou a rede 5G e a inteligência artificial como bases indispensáveis para a construção de uma cidade inteligente. Quando é que a rede 5G começa a funcionar em Macau?

Como todos sabem, ao nível mundial, a tecnologia e os equipamentos de comunicação 5G da China estão à frente. Nos últimos dias, a comissão de supervisão e gestão dos activos do Estado da cidade de Zhuhai lançou a “Comunicação sobre o apoio à construção das instalações de comunicação 5G”, com destaque para:

1. A rede de comunicação móvel 5G apresenta uma extensão maior de banda, menor latência e maior capacidade, entre outras características, por isso é uma infra-estrutura importante para as indústrias emergentes, tais como a Internet das coisas, dos veículos, das indústrias, a realidade virtual, etc., e ainda para a construção da cidade inteligente, e a reconversão e valorização das indústrias;

2. Exigência de abertura, em pé de igualdade, dos edifícios de escritórios e dos edifícios comerciais com empresas estatais às empresas de telecomunicações e teledifusão, em prol do desenvolvimento da rede 5G, construindo e distribuindo as estações-base;

3. Apoio à instalação de estações-base de comunicação para “fiber to the home”, sob o princípio de construção e partilha conjunta;

4. Salvo nos casos proibidos por lei, as estações-base de comunicação em construções públicas devem ser abertas gratuitamente, etc.

Pode constatar-se que o Governo da cidade de Zhuhai dá grande apoio ao desenvolvimento e construção das instalações de 5G.

Mais, a Zona Piloto de 5G já foi implementada em várias cidades principais do Interior da China. Além do funcionamento da rede de comunicações, essa zona abrange também áreas da ciência e tecnologia muito amplas. O Governo da RAEM, com o apoio do Governo Central, está a promover o desenvolvimento diversificado das indústrias, tendo assinado com o Grupo Alibaba o “Acordo-Quadro para a Cooperação Estratégica na Área da Construção de uma Cidade Inteligente” no âmbito dessa construção, o que demonstra o seu empenho na promoção de uma cidade inteligente.

Recentemente, os serviços competentes afirmaram que será necessário um maior número de estações de 5G do que o das estações actuais de 4G, portanto, o número de estações de 5G vai ser, pelo menos, o dobro. Os serviços públicos apresentaram as seguintes políticas que o Governo de Macau só pode coordenar nesta fase: apoiar e dar pareceres sobre a instalação das estações-base ou o seu arrendamento em edifícios privados. Deste modo, vai procurar-se, dentro do possível, ajudar as operadoras de telecomunicações a negociarem e a entrar em coordenação com os outros serviços do Governo, prevendo-se que a rede de 5G possa ser implementada em diferentes fases, primeiro, em várias zonas, e só depois em toda a cidade.

Com o lançamento das “Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau”, Macau é uma das cidades principais que participa na construção da Grande Baía, com o seu rumo definido claramente nesse projecto. Uma das estratégias mais importantes é a “construção de um centro internacional de inovação científica e tecnológica e a aceleração da interligação de infra-estruturas”. Estou convicto de que o Governo da RAEM irá promover activamente as infra-estruturas de comunicação 5G, em articulação com o posicionamento estratégico da Grande Baía, e com os objectivos e a orientação geral de desenvolvimento geográfico do País. Macau deve tomar como referência as políticas de infra-estruturas das regiões vizinhas e do Interior da China, e aproveitar os dividendos das políticas e da força motriz inovadora, transformando as cidades integradas na Grande Baía em centros de desenvolvimento para a diversificação adequada da economia, abrindo-se assim um espaço mais amplo de desenvolvimento para Macau.

No passado, os edifícios de Macau dispunham apenas de equipamentos para telefones fixos ou outras redes internas, pois o projecto de construção não abrangia as telecomunicações móveis. Após o aparecimento dos telemóveis, estes transformaram-se num bem indispensável para os residentes, e as empresas de telecomunicações têm de alugar espaços nos edifícios para a instalação dos seus equipamentos e, caso algum proprietário reclame, isso irá acarretar muitas barreiras para essas empresas, pois é preciso despender muito tempo e recursos para resolver esses problemas.

Os trabalhos para a promoção da tecnologia de 5G estão a todo o vapor e, como esta tecnologia precisa de uma maior concentração de emissores de sinais, será necessário instalar os equipamentos em mais edifícios e, se algum edifício não cooperar, isso será um entrave para o desenvolvimento desta tecnologia. Se Macau se quer transformar numa cidade inteligente, então será necessário legislar sobre esta matéria para resolver problemas que podem afectar o seu desenvolvimento. Não será que o Governo deve liderar os trabalhos e incluir os equipamentos de telecomunicações no projecto de construção dos edifícios? Estes são indispensáveis para a disponibilização de serviços de telecomunicações ao público.

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 16.10.2019

A peste suína africana no Interior da China trouxe escassez de porcos e desequilíbrio entre a oferta e a procura no mercado, assim, o preço da carne de porco continua a subir. Desde Maio, o preço de venda por grosso dos porcos vivos fornecidos a Macau aumentou de forma consecutiva, e em Junho até houve dois ajustamentos numa semana. Nos últimos dias, o preço aumentou 280 patacas por “picul”, ou seja, o preço máximo da venda por grosso é de 3240 patacas por “picul”, o que, em comparação com o preço de Maio de 1520 patacas, corresponde a um aumento de mais do dobro, atingindo um novo recorde. Segundo notícias, alguns vendedores dos mercados afirmaram que o negócio está a ser influenciado e que, possivelmente, vão optar por fechar as suas bancas por alguns dias até o abastecimento e os preços voltarem a estabilizar. Como se pode constatar, isto representa um impacto para a confiança dos vendedores de carne de porco em Macau, e os residentes são obrigados a aguentar os preços elevados.

A carne de porco é um dos principais alimentos dos residentes de Macau. Garantir a estabilidade e a segurança dos porcos vivos fornecidos a Macau, e a razoabilidade do preço do mercado, é importante para a vida quotidiana dos residentes e é uma tarefa indeclinável do Governo. De facto, as empresas Nam Kwong e Nam Yue já revelaram que vão abrir novas fontes de abastecimento e que estão a planear começar pelas zonas mais remotas da província de Guangdong, e ainda fora dessa província, mas há que resolver o problema da construção de um entreposto de porcos vivos na região vizinha, para reduzir os riscos e os custos do transporte de longa distância. Espero que as autoridades reforcem a comunicação e a negociação com os serviços competentes do Interior da China, e aproveitem bem os mecanismos de cooperação Guangdong-Macau, acelerem a definição de um plano concreto para a construção de um entreposto de porcos vivos em Zhuhai e alarguem as fontes de porcos vivos para Macau, estabilizando o seu abastecimento e reduzindo o preço dos produtos.

A situação epidémica da peste suína africana continua e, por falta de fornecimento, é inevitável o aumento constante do preço da carne de porco. Para além de abrir novas fontes de abastecimento, o Governo deve reforçar a comunicação com o sector e procurar activamente outras soluções, por exemplo, a promoção do consumo de carnes congeladas e refrigeradas para equilibrar o preço dos porcos vivos. Nos últimos anos, verificou-se um surto epidémico de aves de capoeira. Para proteger a saúde dos residentes de Macau, o Governo deixou de importar galinhas vivas, e os residentes estão a habituar-se a comê-las refrigeradas e congeladas, e, com a melhoria da tecnologia de produção de alimentos refrigerados e congelados, a qualidade e o sabor das carnes frescas e das congeladas aproximam-se, por isso sugiro ao Governo que pondere aumentar as licenças para a venda a retalho destas últimas, para satisfazer as necessidades do mercado. Como há uma grande diferença entre os preços da carne de porco refrigerada e congelada e o da carne de porco fresca, o Governo deve reforçar a fiscalização, para evitar que enganem os consumidores com a venda de carne de

porco congelada ou refrigerada como sendo fresca, prejudicando os interesses dos residentes. Devido à instabilidade do fornecimento de porcos vivos, o Governo deve reforçar a fiscalização dos preços dos produtos alimentares frescos e vivos, recolhendo e publicando dados, de forma contínua, para aumentar a transparência do mercado e evitar que os vendilhões usem esta oportunidade para aumentar os preços.

Embora a peste suína africana não seja transmissível aos humanos, pode estar escondida em diferentes ambientes, propagando-se através de vários meios. Assim, o Governo deve estabelecer uma boa comunicação e coordenação com as autoridades competentes do Interior da China, reforçar a melhoria dos mecanismos de transporte e inspecção sanitária, e adoptar mais medidas para evitar que os suínos infectados e os produtos derivados da carne de porco entrem em Macau, salvaguardando a segurança alimentar e a saúde pública do território. De contrário, se a peste suína africana surgir em Macau, além de afectar os interesses dos vendedores de carne de porco, do respectivo sector e da população em geral, muitos dos alimentos típicos e o sector de recordações de Macau também vão ser afectados, pois, enquanto cidade turística, muitos dos produtos alimentares considerados como recordações de Macau podem conter carne de porco. Assim, o Governo deve tomar medidas rigorosas para prevenir a propagação a Macau dessa epidemia.

IAOD do Deputado Lam Lon Wai em 16.10.2019

Reforço da cooperação transfronteiriça e combate à burla telefónica

Os casos de burla telefónica continuam a acontecer em Macau, o que perturba a vida quotidiana dos residentes, causando, provavelmente, graves prejuízos patrimoniais. Nos últimos anos, os serviços competentes reforçaram as acções de sensibilização e de combate, e a consciência dos cidadãos sobre a prevenção de burlas aumentou de um modo geral, mas muitas pessoas continuam a “cair em armadilhas”. Nos últimos dias, muitos estudantes universitários foram burlados em mais de um milhão de patacas, o que deixou a sociedade surpreendida! Os serviços competentes têm de encontrar a raiz do problema e resolvê-lo a partir da fonte, para reduzir os casos de burla.

Segundo os dados da PJ, desde 2019 até agora, registaram-se 19 casos de burla telefónica – “agentes que se fazem passar por funcionários públicos”, e 20 estudantes do ensino superior foram burlados em cerca de 9 milhões de patacas, sendo 14 residentes do Interior da China. O que é curioso é porque estudantes universitários com ensino superior “caem em armadilhas”? Como cerca de 2/3 dos estudantes burlados são do Interior da China, o caso atraiu a atenção da Polícia de Zhuhai, que, após análise, concluiu que essa ocorrência frequente e que envolve montante avultado deve-se ao facto de: os estudantes não estarem muito a par desses assuntos, não conhecerem os órgãos do poder público ou terem medo, estarem em Macau e os seus pais não conhecerem bem a situação de Macau, e, ainda, mesmo que alguns pais tenham receio, ao verem os seus filhos aflitos, acabam sempre por confiar neles, efectuando a transferência de dinheiro.

A polícia de Zhuhai referiu ainda que as informações sobre os estudantes universitários de Macau foram divulgadas em grande quantidade, e os grupos que se dedicam a burlas na área das telecomunicações aproveitaram o facto, podendo vir a acontecer, de forma contínua, situações graves de burla. Apelo urgentemente aos estudantes universitários do Interior da China que estudam em Macau para elevarem a consciência de prevenção de burla. O centro contra burlas de Zhuhai já alertou várias vezes Macau, através de contactos urgentes e por ofício, apelando aos serviços competentes para reforçarem os trabalhos de prevenção de burla. Mas, há dias, a Polícia Judiciária referiu que, após uma análise sintética das características dos recentes casos de burla telefónica, não há provas de os dados pessoais dos estudantes universitários de Macau terem sido divulgados em grande quantidade e alvo de um grupo de burla. Porque é que as informações das autoridades policiais de Zhuhai e de Macau não coincidem? Afinal, os dados dos estudantes universitários de Macau foram revelados ou não? As autoridades competentes devem proceder a uma investigação mais profunda e divulgar mais informações junto da população, por forma a dissipar as dúvidas.

Tendo em conta que as burlas telefónicas envolvem a prática de crimes transfronteiriços, espero que as autoridades de Macau possam reforçar a

comunicação e a cooperação com as regiões vizinhas, para um combate conjunto. Por outro lado, a Polícia deve reforçar as acções de sensibilização sobre a prevenção de burlas junto dos estudantes universitários e dos jovens, cooperando com a Direcção dos Serviços do Ensino Superior e com os estabelecimentos de ensino superior, para garantir que os estudantes, especialmente os do primeiro ano do ensino universitário e os seus pais, recebam informações sobre a prevenção de burlas, reduzindo as hipóteses de serem enganados.

IAOD do Deputado Lei Chan U em 16.10.2019

Governar para servir a população e conseguir a estabilidade geral

Os recentes motins ocorridos em Hong Kong, que se prolongam há vários meses sem terminar, tiveram um impacto incalculável na economia, na sociedade e na imagem internacional de Hong Kong. Macau e Hong Kong têm os mesmos usos e costumes linguísticos, bem como origens culturais, sendo também regiões com políticas administrativas especiais. Naturalmente, os motins ocorridos em Hong Kong não podem ser ignorados. Acredita-se que, em face deste assunto, “todos têm pontos de vista diferentes”, mas, independentemente da diferença de opiniões, todos devem perguntar-se: Quais são as lições que Macau pode retirar desses incidentes? Como é que Macau pode evitar este tipo de situações?

A “História ensina sobre a prosperidade, a decadência e o fracasso do passado”. Para evitar que, amanhã, Macau siga o caminho de Hong Kong, a sociedade de Macau deve reflectir seriamente sobre os acontecimentos de Hong Kong, para servir de lição. Apesar da complexidade dos motivos por detrás dos incidentes, algumas lições são óbvias, como a acção governativa e a educação. Assim, proponho ao Governo que aperfeiçoe e reforce, de forma contínua, as duas tarefas seguintes:

Primeiro, há que esforçar-se por uma boa governação e insistir em governar para a população.

O Plano Quinquenal de Desenvolvimento e o relatório anual das LAG falam de “servir melhor os cidadãos”, de “tomada de decisão política baseada em critérios científicos” e de “governar para a população”, princípios governativos que, porém, dificilmente se transformam em medidas e objectivos governativos concretos, daí os prejuízos para a fé pública no Governo. Caso o Governo não melhore a governação, muito provavelmente vai meter-se numa “Armadilha de Tácito”. O bem-estar da população é sempre o assunto mais importante, estando interligado à popularidade e determinando se esta é positiva ou negativa. Espera-se que o Governo tenha sempre em mente: a consideração do Governo radica nas preocupações da população, e as aspirações desta determinam as acções do Governo. Aliás, o Governo deve dedicar-se a resolver as questões que mais preocupam os residentes, tais como, a habitação, o transporte, os cuidados a idosos, os cuidados de saúde, etc., a fim de acabar com as dificuldades dos residentes, dissipar as suas preocupações e alegrá-los.

Segundo, há que reforçar a educação sobre o País e a consciência nacional.

Nos últimos anos, verificou-se um aumento da identidade nacional nos residentes de Macau, sobretudo nos jovens, mas existe margem para elevação. Espera-se que o Governo dê continuidade à educação sobre o País e o patriotismo, reforçando, junto das próximas gerações, o amor ao País e a

consciência nacional. Há que, em especial, desenvolver, em paralelo e com a mesma importância, a promoção da Constituição e da Lei Básica, pois só assim será possível permitir aos residentes terem um correcto entendimento do princípio “Um País, Dois Sistemas”, assegurando uma estabilidade permanente na implementação deste princípio em Macau.

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 16.10.19

O Governo deve melhorar os mecanismos de negociação e consulta relativos à celebração dos contratos de concessão dos serviços públicos

Os contratos de autocarros, renovados provisoriamente no ano passado, terminam no final deste mês, porém, as informações sobre os novos contratos ainda não foram divulgadas, mantêm-se em segredo, o que suscitou discussão e dúvidas na sociedade. Muitos residentes criticam a falta de transparência e de meios para a admissão de opiniões do público nos processos de negociação. Se o Governo vai continuar a renovar os contratos por prazos curtos, sob o pretexto da impossibilidade de conseguir chegar a consenso com as duas companhias de autocarros, ou se vai ser obrigado a aceitar cláusulas injustas nos novos contratos, é algo que a população desconhece.

Na realidade, há muitos exemplos de renovação provisória de contratos de serviços públicos e de divulgação dos assuntos só depois de estar tudo resolvido. Recentemente, os serviços públicos sobre as galerias técnicas subterrâneas na Zona A dos novos aterros foram adjudicados sem antes ter sido divulgada qualquer informação. No que respeita ao sector do jogo, que tem grande impacto para a economia e vida da população, o Governo anunciou subitamente, no passado mês de Março, a autorização do prolongamento do prazo das licenças de duas concessionárias do jogo. Provavelmente, a renovação provisória tem vantagens e desvantagens, mas o Governo não deu delas conhecimento ao público. Independentemente do referido prolongamento do prazo ser racional ou justificado, como o Governo já tinha assinado os contratos, não seria possível eliminar as cláusulas injustas mesmo que os residentes as questionassem. Então, como é que se pode salvaguardar o interesse público? Já faltam menos de 3 anos até ao termo do prazo das licenças de jogo, porém, o Governo continua a recorrer à confidencialidade como pretexto para não auscultar a população e recusar divulgar as respectivas informações. Se os novos contratos do jogo vão contribuir para melhorar os serviços das concessionárias e a rentabilidade social, nomeadamente, o reforço dos elementos extra-jogo, e se vão ser estipuladas cláusulas para garantia de emprego e das condições de trabalho, é algo que merece atenção.

O desenvolvimento do sistema 5G tem merecido muita atenção, mas ainda não há plano definitivo para o activo da concessão do serviço público de telecomunicações, questão muito importante para a emissão das licenças 5G. A Revisão Intercalar do Contrato de Concessão do Serviço Público de Telecomunicações caduca em 2021. É verdade que o Governo referiu que o Regime de convergência de redes e serviços de telecomunicações, em elaboração, vai regular de forma integrada as operadoras de rede fixa, telemóvel e internet, e lidar com o activo da concessão, mas não se sabe se é possível concluir a legislação até ao termo do prazo do referido contrato. Outro foco da

atenção da sociedade é: quando o contrato caducar, como se pode garantir a justiça na utilização do activo da concessão pelas operadoras, para que seja criado um mercado justo e aberto, e que os residentes possam escolher os serviços mais baratos e de melhor qualidade? Assim, quanto ao licenciamento, o Governo tem de aumentar a transparência, e evitar, sobretudo, cláusulas como as actuais e situações de injustiça, garantindo a abertura do mercado das telecomunicações.

A sociedade presta elevada atenção aos contratos de concessão dos serviços públicos, uma vez que estes têm a ver com a estabilidade e os preços dos serviços, e influenciam as receitas e despesas públicas, o desenvolvimento económico e os direitos e interesses dos trabalhadores. Nos últimos anos, têm sido bastante recorrentes as situações de o Governo a apressar os trabalhos já perto do fim do prazo, renovar os contractos por períodos curtos, divulgar só quando já está tudo feito, e manter cláusulas irrazoáveis, prejudicando o interesse público. O Governo tem de aperfeiçoar todo o mecanismo de concessão dos serviços públicos, que passa pela negociação, consulta, concessão e publicação, definindo que 2 ou 3 anos antes do fim do prazo dos contractos de concessão ou de adjudicação de serviços públicos, as partes têm de realizar reuniões e negociações para decidir o futuro desenvolvimento, e prevendo mecanismos para que as opiniões da sociedade sejam ouvidas e acolhidas.

IAOD da Deputada Si Ka Lon em 16.10.2019

Há que encarar e resolver as questões dos bairros antigos e acelerar o processo de renovação urbana

A consulta pública sobre o Regime jurídico da renovação urbana de Macau, alvo da atenção da sociedade, vai ter finalmente lugar. Os residentes podem então opinar sobre a percentagem dos direitos de propriedade para se proceder à reconstrução de prédios, o regime de desapropriação, e o mecanismo de resolução de litígios, entre outros. Esta consulta pública visa procurar o consenso social e acelerar o processo de renovação urbana.

Segundo consta, em Macau há mais de 4800 prédios com mais de 30 anos, a sua maioria situa-se no Bairro Iao Hon, e apresentam diferentes graus de degradação, por exemplo, varas de aço expostas, quedas de cimento, etc. Face à situação, o Governo expressou, repetidamente, o seu desejo de pôr em prática um projecto piloto no Bairro Iao Hon.

Para o efeito, há que tratar a questão da percentagem dos direitos de propriedade para se proceder à reconstrução dos prédios. Além disso, há que clarificar a titularidade dos prédios antigos e resolver as questões históricas inerentes às lojas situadas no rés-do-chão e em sobrelojas. Segundo alguns residentes, algumas fracções de prédios antigos estão permanentemente desocupadas, porque os proprietários não estão em Macau ou por já terem morrido. E mesmo que se consiga encontrar os proprietários, o desenvolvimento dos trabalhos de renovação urbana acaba por ser impedido devido à dificuldade de clarificar a titularidade da propriedade. Segundo alguns residentes, as fracções habitacionais situadas no rés-do-chão dos edifícios Hong Tai, Son Lei e Seng Yee são lojas destinadas à venda a retalho de ferragens e artigos de papelaria, e é possível proceder ao respectivo registo comercial. Espero que o Governo encare a situação histórica destas lojas e resolva as questões, com vista a impulsionar a renovação urbana.

Como todos sabem, já se passaram mais de dez anos desde o começo da discussão sobre a renovação urbana, portanto, o Governo deve chegar, quanto antes, a um consenso social para a concretização desse projecto, e acelerar os trabalhos preparatórios.

Assim, apresento as seguintes opiniões:

1. Quanto ao Regime Jurídico da Renovação Urbana de Macau, o Governo afirma que a reconstrução dos edifícios terá em conta diversas percentagens consoante as situações, embora, em certa medida, isso possa resolver a questão dos direitos de propriedade, acarreta elevados custos administrativos. Assim, proponho que o Governo tome como referência a ideia do “regime de

consentimento tácito” aplicado no exterior, isto é, avaliar apenas a percentagem dos proprietários que são contra a reconstrução. Isto não só consegue clarificar o direito de propriedade dos edifícios antigos e a situação das fracções habitacionais desocupadas, bem como diminui o volume de trabalho do Governo, contribuindo assim para acelerar os trabalhos de reconstrução urbana.

2. A utilização de fracções habitacionais na zona antiga do Bairro de Lao Hon para fins comerciais já existe há muitos anos, e o número de lojas é superior a 100. Uma vez que existe uma grande diferença entre o valor das lojas comerciais e das fracções habitacionais, estando por isso em causa avultados interesses, solicito ao Governo que dê a devida atenção às questões históricas, resolvendo adequadamente as questões destas lojas que estão situadas no rés-do-chão e em sobrelojas, com vista a incentivar os proprietários a participarem na renovação urbana.

IAOD do Deputado Chui Sai Peng José em 16.10.2019

Desenvolver o planeamento dos espaços subterrâneos e aperfeiçoar a distribuição das funções da cidade

Com vista à articulação com a construção da Zona A dos Novos Aterros, o Governo divulgou recentemente que ia acelerar o planeamento e o desenvolvimento das galerias técnicas subterrâneas, e recorreu ao contrato de concessão do exclusivo da exploração, sendo então a CEM, S.A. responsável pela gestão das galerias na referida zona. As galerias são construções destinadas a acolher os cabos dedicados aos serviços públicos, e com a gestão centralizada do planeamento e distribuição dos cabos públicos, por exemplo da electricidade, telecomunicações, drenagem e abastecimento de água, etc., a eficiência das infra-estruturas urbanas será eficazmente aumentada. Mais, prevê-se que as escavações a realizar no pavimento, por motivo da instalação e reparação dos cabos, possam ser reduzidas, o que irá diminuir os inconvenientes para as deslocações dos cidadãos e para o trânsito. Com vista a alargar os espaços da cidade, a aperfeiçoar a distribuição das funções da cidade e a melhorar o trânsito rodoviário, um dos meios relevantes é a exploração das potencialidades dos espaços subterrâneos. Por isso, o bom aproveitamento das galerias subterrâneas é também uma boa governação que a sociedade recebe com satisfação.

Com as elevadas intensidade e velocidade do desenvolvimento da cidade, a exploração dos espaços subterrâneos é uma opção necessária para o seu futuro desenvolvimento, com vista a dar resposta às necessidades resultantes da expansão acelerada em termos de dimensão. O aproveitamento razoável da coordenação e complementaridade entre as instalações subterrâneas e as de superfície, a criação dum ambiente agradável na cidade e a construção duma cidade ecologicamente sustentável assumem-se como elementos essenciais para o desenvolvimento sustentável duma metrópole moderna. Os espaços subterrâneos são um meio importante para o alargamento dos recursos de solos, que são limitados, e para o aumento da qualidade dos espaços, e assumem-se como um canal relevante para construir uma cidade com sistema de espaços tridimensionais e funções complexas. Mais, podem ainda servir de garantia essencial para a resistência da cidade a catástrofes e danificações.

Tomando como referência as práticas mundiais, para além referidos corredores subterrâneos, podem ainda aproveitar-se os espaços subterrâneos para instalar sistemas ferroviários, vias rodoviárias, sistemas pedonais, parques de estacionamento, zonas comerciais e instalações municipais. Propõe-se ao Governo que defina as devidas orientações e a capacidade e o modelo de desenvolvimento, e que, a partir da fase de planeamento e em conjugação com o plano das construções à superfície, apresente estratégias para o desenvolvimento dos espaços subterrâneos tendo em conta as diferentes zonas, por forma a assegurar a utilização conjunta dos espaços à superfície e subterrâneos, para assim ser possível alcançar melhores resultados. Assim, apresento as seguintes

sugestões:

1. Implementação de um plano sistemático de aproveitamento dos espaços subterrâneos por níveis. Pretende-se começar pelo plano dos corredores subterrâneos da zona A dos novos aterros, passando os espaços subterrâneos a integrar o plano urbanístico geral, definindo-se a respectiva estrutura e rede. Avançar, em primeiro lugar, com o plano urbanístico dos novos aterros e abranger os bairros antigos na renovação urbana, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável da cidade.

2. Aproveitar as novas tecnologias para reforçar a gestão do espaço subterrâneo. Para além da gestão de tubagens e de cabos subterrâneos pelas entidades exclusivas de prestação de serviços, propõe-se a criação de uma base de dados com a introdução da tecnologia de Building Information Modeling que é utilizada nos trabalhos de construção, integrando o sistema de informação geográfica GIS (Geographic Informatic System), de modo a permitir que o mecanismo de monitorização da gestão de espaços subterrâneos seja inteligente, e que as autoridades possam tomar conhecimento, com a maior brevidade possível, dos trabalhos de construção, inspeção, reparação e manutenção das galerias de tubagens. Ao mesmo tempo, é necessário estabelecer um sistema de gestão uniformizada, assim como clarificar a divisão do trabalho e das competências e responsabilidades, assim como o direito à propriedade, etc., para que o Governo possa dominar a situação dos espaços subterrâneos como domina a situação da superfície.

3. Aperfeiçoamento das leis e diplomas legais sobre o aproveitamento dos espaços subterrâneos. Para fazer um bom trabalho, é preciso ter as ferramentas certas, assim, as leis e regulamentos devem estar em primeiro lugar. A fim de clarificar a titularidade dos terrenos e o direito de uso dos espaços subterrâneos, deve acelerar-se a revisão da legislação relativa ao uso dos espaços subterrâneos. Ao mesmo tempo, deve assegurar-se que a elaboração e a revisão da lei sejam prospectivas e operacionais, de modo que os eventuais direitos e interesses resultantes do gradual desenvolvimento do espaço disponham de fundamento legal.

4. Propõe-se que, aquando do estudo das estratégias e diplomas legais relacionados com a renovação urbana, se explore a possibilidade de desenvolvimento dos espaços subterrâneos e a sua distribuição no âmbito da reconstrução dos bairros antigos. Deste modo, com essa oportunidade de reaproveitamento dos terrenos devido à renovação urbana, pode aproveitar-se melhor e com mais eficácia os recursos de cada lote, elevando as funções e o valor ambientais dos bairros antigos, e promovendo ainda mais a eficácia da renovação urbana.

IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 16.10.2019

Aperfeiçoar o apoio às vítimas e concretizar tolerância zero para violência doméstica

No dia 5 de Outubro, 3 anos depois de a Lei de prevenção e combate à violência doméstica entrar em vigor, foi concluído, como previsto, o relatório de avaliação da execução. O relatório aponta para 18 resultados mais significativos, que se sintetizam em 5 aspectos: mecanismo de colaboração, gestão de processos, medidas de protecção, sistema de comunicação, e divulgação e formação. Enquanto entidade responsável, o Instituto de Acção Social tem actuado de forma proactiva na coordenação dos serviços envolvidos, na criação de um mecanismo regular de colaboração, na optimização do processo e das instruções de tratamento de casos suspeitos, no apoio às vítimas, na formação dos trabalhadores da linha da frente, e na criação de um mecanismo de comunicação dos casos suspeitos de violência doméstica e de um sistema central de registo desses casos. Estes trabalhos alcançaram resultados positivos e merecem o reconhecimento da sociedade.

Nestes 3 anos de implementação da lei, tive contacto com vários casos de violência doméstica. Algumas vítimas apontam que a aplicação da lei e as medidas de apoio têm espaço para melhorias. Assim, apresento as seguintes opiniões:

1. Continuidade na revisão das disposições legais. Concordo com a afirmação do Relatório de Avaliação: “A Lei da Violência Doméstica entrou em vigor há apenas 3 anos (...) Como conclusão, é de referir que, por enquanto, não estão reunidas as condições necessárias para apresentar propostas destinadas à revisão da respectiva lei”. Mas, na aplicação desta lei, existem definições diferentes de “violência doméstica” e, atendendo à moldura penal, os órgãos judiciais optam por aplicar o Código Penal, e não a Lei da violência doméstica, na acusação contra o agressor, práticas consideradas indesejáveis pelas vítimas. Isto, porque a condenação do “crime de violência doméstica” é um processo próprio que lhes dá a sensação de a lei lhes estar a fazer justiça. Mais, trata-se ainda duma terapia ao nível espiritual, pois tal declara expressamente que foram vítimas de violência doméstica e pode também transmitir claramente à sociedade a ideia de zero tolerância para com essa violência. Sugere-se que seja dada continuidade à observação da definição do crime de violência doméstica, por forma a perceber a intenção originária legislativa constante do respectivo parecer; que seja aumentada adequadamente a moldura penal deste crime, a fim de evitar que aquela determine o crime da acusação; e que se estude a relação entre o crime de violência doméstica e as medidas de protecção e penas acessórias, e a respectiva aplicabilidade, para as medidas de protecção e as penas acessórias deixarem de se cingir ao enquadramento da Lei de violência doméstica e sejam eficazmente concretizadas.

2. Reforçar a consolidação dos apoios. Com a implementação do mecanismo

de cooperação, tornou-se mais estreita a cooperação interdepartamental. No entanto, as vítimas continuam a ter um longo caminho a percorrer para conseguirem viver felizes e cuidar da família. Propõe-se o apoio às vítimas de violência doméstica, que reúnem os requisitos para tal, no acesso à habitação, na prestação de serviços para cuidar dos filhos e na vida quotidiana, e na coordenação do seu trabalho e do horário laboral com a entidade patronal, para as vítimas poderem ter um equilíbrio entre o seu trabalho e as suas necessidades familiares; e prestar serviços “one stop” de consulta jurídica para a resolução dos assuntos relacionados com o casamento e o património.

3. Aprofundar a divulgação jurídica e a prevenção. Até 2019, os dados do sistema central de registo de violência doméstica apresentaram uma tendência de redução dos casos suspeitos, o que significa que a “tolerância zero para a violência doméstica” já obteve o reconhecimento social. A fim de elevar a tolerância zero e permitir que mais residentes conheçam a gravidade e os perigos da violência doméstica, peço ao Governo que continue a desenvolver acções de sensibilização e educação comunitária e escolar, a promover a igualdade de género, e a formar os residentes para encararem bem as relações familiares, a fim de evitar o agravamento dos conflitos.

4. Conciliar os assuntos familiares e restabelecer as relações. Em cumprimento da Lei da violência doméstica, pode adoptar-se medidas restaurativas que permitam às famílias recuperar, e aos membros da família, restabelecer as relações. Proponho, então, acelerar a criação do regime de conciliação familiar, para se recorrer a meios pacíficos e racionais para tratar das disputas familiares. Isto vai contribuir para reduzir os casos de violência doméstica, e até contribuir para resolver os casos leves.

Em suma, depois da vigência da Lei da violência doméstica, esta questão foi encarada, e com bons resultados. Para concretizar a tolerância zero contra a violência doméstica, tanto o Governo como os diversos estratos sociais devem continuar a realizar acções de divulgação, a prevenir e a combatê-la, para lhe dizer não, e construir, em conjunto, um “belo lar” sem violência doméstica.

IAOD da Deputada Chan Hong em 16.10.2019

Controlo rigoroso do cigarro electrónico, criando um ambiente sem fumo

O “Regime de prevenção e controlo do tabagismo” entrou em vigor em 2012 e foi revisto em 2017. Com o apoio activo de toda a população de Macau e de todos os sectores da sociedade, o trabalho de controlo do tabagismo obteve bons resultados, e o número de fumadores em Macau diminuiu. Mas, nos últimos anos, o cigarro electrónico tornou-se popular, e em Macau há cada vez mais quem fume este tipo de cigarros, especialmente os jovens que têm o hábito de fumar, e a sociedade deve prestar mais atenção a isso e promover educação. No ano passado, uma associação de Macau realizou um inquérito sobre o consumo de cigarros electrónicos, o que demonstra que 16,9 por cento dos estudantes entrevistados experimentaram consumi-lo e mais de 40 por cento continuaram a consumi-lo, o que é preocupante.

A composição dos cigarros electrónicos é complexa e os seus efeitos nocivos, muito grandes. Vários relatórios de estudos apontam os prejuízos dos cigarros electrónicos para o corpo humano, que até excedem os do tabaco em geral. Aqueles são apresentados como não nocivos pelos fabricantes e distribuidores, e que podem contribuir para a cessação tabágica. Na realidade, podem tornar-se viciantes, o que não ajuda os fumadores a deixarem de fumar. Quando novas drogas são colocadas em cigarros electrónicos, os danos são ainda maiores. Em 2011, em todo o mundo havia cerca de 7 milhões de pessoas a usar cigarros electrónicos, mas em 2018 existiam 40 milhões. O cigarro electrónico tem despertado grande atenção em todo o mundo, e foram adoptadas políticas e medidas contra. Em alguns países e regiões, já foi proibida a venda e o uso de tabaco electrónico.

Em Macau, a nova Lei do Tabagismo define especialmente disposições legais que regulam os cigarros electrónicos, incluindo a proibição do uso de cigarros electrónicos nos locais onde é proibido fumar, da sua venda e da sua publicidade e promoção. Mas, segundo a legislação vigente, a entrada em Macau de cigarros electrónicos não constitui uma infracção, podendo os visitantes e residentes, na sua entrada em Macau, trazer consigo diariamente cigarros electrónicos com peso não superior a 25 gramas. Embora a importação de tabaco e de substitutos do tabaco esteja sujeita ao regime de licença prévia, a norma que permite a sua entrada em Macau continua a ser um assunto por resolver nos trabalhos de controlo do tabagismo.

Os cigarros electrónicos constituem um grande perigo para a saúde da população e para a sociedade, e a proibição total do fumo é uma tendência, portanto, espera-se que o Governo reforce a fiscalização e proceda, atempadamente, à revisão e alteração da respectiva legislação, e que proíba, a partir da fonte, a entrada em Macau de cigarros electrónicos, de tabaco aquecido e de produtos relacionados, e impedindo a sua circulação no mercado, reduzindo

a oportunidade de contacto dos residentes (especialmente dos jovens) com cigarros electrónicos, de modo a proteger a sua saúde. Mais, quanto à prevenção e à educação sobre o tabaco (incluindo os cigarros electrónicos), as autoridades devem reforçar a sensibilização junto da comunidade, das escolas e da imprensa, para toda a sociedade poder receber mais mensagens sobre a vida sem fumo, construindo, em conjunto, uma cidade sem fumo.

IAOD da Deputada Lam lok Fong em 16.10.2019
Há que colaborar na promoção da renovação urbana,
não deve ser cada um a agir à sua maneira

Tem hoje início a nova sessão legislativa desta Assembleia, durante a qual vamos testemunhar a mudança do Governo e o início da governação do terceiro Chefe do Executivo. E falando da mudança do Governo, espero que este, ao fazer o balanço das acções governativas, reveja com seriedade alguns dos trabalhos que foram desenvolvidos ao longo do tempo sem qualquer progresso. E um deles é o reordenamento dos bairros antigos, ou a renovação urbana.

O reordenamento dos bairros antigos foi apresentado pelo primeiro Governo da RAEM, e continua a ser promovido pelo actual sob a designação de renovação urbana. Num abrir e fechar de olhos passaram-se 15 anos, durante os quais as nossas políticas sofreram várias alterações, mas quanto ao essencial, isto é, ao reordenamento dos bairros antigos, ou à renovação urbana, nenhum projecto foi concluído. Muitos prédios dos bairros que na altura foram considerados alvo de reordenamento já aumentaram de 30 para 50 anos. Quando foi proposto o reordenamento dos bairros antigos, ninguém esteve contra, a questão foi como é que o mesmo devia ser feito. Com o agravamento dos problemas com os bairros antigos e o envelhecimento populacional, a renovação urbana tornou-se uma prioridade dos trabalhos do Governo, e obteve o consenso social. Esta questão, que todos entendem ser necessário resolver, já foi discutida há 15 anos. Os diferentes sectores sociais têm tido diversas opiniões quanto às metas, às formas e aos métodos da renovação urbana, portanto, cabe ao Governo analisar e organizar, para definir metas uniformizadas e políticas, cabendo aos serviços públicos a sua concretização, através da distribuição de tarefas e da respectiva colaboração. No entanto, ao longo do último ano, diferentes serviços governamentais tiveram interpretações muito diferentes e até contrárias sobre a renovação urbana, o que deixa a população sem saber o que fazer.

No ano passado, o Secretário para os Transportes e Obras Públicas referiu que o Governo ia apresentar o regime jurídico da renovação urbana por partes, e segundo parecia, a orientação legislativa dependia dos resultados do “relatório sobre o estudo da renovação urbana”. Este relatório realiza-se em cinco fases: o relatório preliminar, o final, o do documento de consulta pública, o de análise das opiniões recolhidas e o relatório da consulta pública. A terceira fase, isto é, a consulta pública, só terá lugar no fim do ano, na melhor das hipóteses.

No entanto, o grupo conjunto de produção legislativa, coordenado pela Secretária para a Administração e Justiça, lançou recentemente uma consulta pública sobre o Regime Jurídico da Renovação Urbana. Através do documento de consulta, podemos ver que vai ser feita uma consulta sobre o método e o regime de desapropriação, a percentagem de propriedade para a reconstrução de edifícios, as medidas de compensação, a política da habitação para alojamento temporário e para troca, etc., e estes são precisamente os aspectos estudados no

“relatório sobre o estudo da renovação urbana” e sobre os quais se vai recolher opiniões na respectiva consulta pública. Vai haver lugar a duas consultas sobre o mesmo tema, uma destina-se a apresentar um regime jurídico por partes e outra a elaborar uma lei principal. Duas orientações totalmente opostas, por isso, é difícil evitar a repetição de trabalhos, e o público tem muitas dúvidas sobre isso.

No mês passado, a empresa de renovação urbana apresentou uma proposta, em que são os moradores a pagar as despesas de reconstrução de edifícios, ou seja, “quem usa paga”, e o direito de propriedade vai ser mantido e a percentagem do direito de propriedade não vai ser afectada. Durante o período de reconstrução, os moradores vão mudar-se para uma habitação temporária naquela zona, e só depois da conclusão do novo edifício é que regressam ao local original, por isso, trata-se de “trocar uma fracção nova por uma antiga”. Esta afirmação suscitou preocupações entre a população, especialmente para aqueles que vivem em edifícios degradados ou com dificuldades económicas, pois não conseguem angariar, à pressa, dinheiro para a reconstrução do seu edifício. Será que têm de continuar à espera e de ficar tristes?

Nos últimos meses, além da versão do próximo Chefe do Executivo, já ouvimos três versões sobre a renovação urbana do Governo e das empresas de capitais públicos envolvidas. Qual é a versão mais correcta? Qual é a orientação que deve ser seguida? Quanto à redução da percentagem do direito de propriedade dos edifícios, as opiniões do próximo Chefe do Executivo são conservadoras, assim, após a sua tomada de posse, como vai tratar as sugestões e opções constantes do documento de consulta sobre o “Regime jurídico da renovação urbana”?

Espero que o Governo, no âmbito dos actuais trabalhos de renovação urbana, tome nota da situação de os serviços públicos actuarem cada um à sua maneira, e tanto este como o próximo governo têm de saber claramente quais são os problemas existentes na cooperação interdepartamental. Será que existe divergência na coordenação ou na concretização dos referidos trabalhos? Através disto, acumula-se experiência que permite elevar a eficiência e evitar o desperdício de recursos. A renovação urbana já se discute há 15 anos, e se não avançar, os nossos bairros antigos talvez já não precisem de reordenamento, e só depois de cair um prédio e haver mortes é que se vai avançar com a reconstrução! Quanto à renovação urbana, apelo aqui fortemente para não se aguardar mais. E o Governo deve tomar decisões e cumpri-las. Todos os serviços públicos devem trabalhar em conjunto e uniformizar o passo, para apresentarem rapidamente uma proposta clara e concretizá-la, com determinação, a fim de permitir a revitalização dos bairros antigos e a concretização do compromisso governativo em atraso há 15 anos.

IAOD do Deputado Ma Chi Seng em 16.10.2019

Assinalam-se este ano os 70 anos do estabelecimento do País e os 20 anos do retorno de Macau. Ao longo destes 20 anos, Macau passou de uma cidade de dimensão económica pequena a uma cidade turística mundial que recebe cerca de 36 milhões de visitantes por ano; de uma cidade de crescimento económico negativo durante quatro anos consecutivos antes do retorno, para uma cidade com um PIB per capita de cerca de 83 mil dólares americanos em 2018, ocupando o terceiro lugar no *ranking* mundial; a taxa de desemprego passou de 6,4 por cento para 1,8 por cento, portanto, uma situação de pleno emprego; passou de uma cidade onde a segurança era instável e a vida da população difícil, para a primeira cidade, entre as regiões dos dois lados do estreito, com 15 anos de escolaridade gratuita e benefícios sociais nas áreas da saúde, segurança social, protecção de idosos, cultura, ciência e tecnologia, desporto, etc. Tudo isto se deve à liderança do Governo e à união de esforços de todos os sectores da sociedade, mas também ao carinho e ao apoio do País.

Ao longo dos 20 anos que se seguiram ao retorno à Pátria, Macau sofreu mudanças radicais. As tradições que se mantêm são o amor à Pátria e a Macau, a tolerância, o apoio mútuo e o espírito pragmático e empreendedor, fruto do longo processo de desenvolvimento da sociedade. O juízo de valor predominante, o amor à Pátria e a Macau, está profundamente enraizado na mente da população, passando de geração em geração, e serve de base à implementação com sucesso do princípio “Um país, Dois sistemas”. A harmonia e a estabilidade social, o convívio harmonioso entre os diversos grupos étnicos, a coexistência harmoniosa e a coexistência multicultural criaram um bom ambiente social para o desenvolvimento económico e social da RAEM, assim como usufruíram dos frutos do desenvolvimento económico do País.

Perspectivando o futuro, com a iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota” e o planeamento da Grande Baía, Macau vai ter mais oportunidades e desafios. Os nossos jovens, especialmente, vão ter muitas oportunidades de desenvolvimento nesta nova era, mas vão também assumir grandes responsabilidades, esperando-se então que aproveitem essas oportunidades e participem activamente no plano traçado pelo País para o desenvolvimento de Macau. Temos de ter perspectivas, de ser pragmáticos, e de nos prepararmos para elevar a nossa competitividade e consolidar as bases para o nosso desenvolvimento pessoal, valorizando as oportunidades de desenvolvimento criadas através do trabalho árduo da nossa geração. Assim, o futuro de Macau vai ser, com certeza, ainda melhor.

IAOD da Deputada Leong On Kei em 16.10.2019

Na última semana dourada, visitaram Macau mais 11,5% de turistas do que no período homólogo do ano passado. Muitos hotéis esgotaram e a proliferação de pensões ilegais nos feriados e fins-de-semana despertou, novamente, a atenção da sociedade, e originou um forte apelo para o seu combate. As pensões ilegais já perturbam os residentes há muito tempo. As autoridades têm empregado diversos esforços no seu combate, só que os resultados têm sido limitados e a situação ressuscitou, mesmo depois de ter sido combatida. Por isso, os cidadãos esperam que o Governo resolva, pela raiz, esta situação, que persiste e os incomoda há muito tempo.

As pensões ilegais começaram por se concentrar na zona dos NAPE, mas nos últimos anos foram-se espalhando gradualmente pelas diversas zonas, e os métodos de exploração tornaram-se cada vez mais ocultos. Neste momento, os operadores até aproveitam aplicações de telemóvel para construir plataformas para o arrendamento e pagamento. Alguns operadores usam as pensões ilegais como hotéis cápsula e outros nelas instalam estações emisoras encobertas, o que perturba os moradores e aumenta também os riscos de incêndio e os problemas de higiene. As pensões ilegais não violam apenas a lei, também escondem muitos actos ilegais, e constituem um fenómeno muito negativo para Macau, enquanto centro mundial de turismo e lazer. Portanto, é premente resolver o problema.

A penalização das pensões ilegais tem contado com muita atenção da sociedade, mas ainda não reuniu consenso. Para identificar a causa do problema e propor soluções, o Governo criou o Grupo de Trabalho para o Estudo sobre a Criminalização das Pensões Ilegais, e afirmou que ia esperar pelo relatório de revisão para decidir o próximo passo. Aproxima-se a mudança de Governo, e muitos residentes esperam que o grupo tenha ideias novas, erradicando o problema que há muito aflige a população.

As leis vigentes apresentam efeitos dissuasores limitados para combater as pensões ilegais, cuja complexidade é crescente. Estas leis têm de ser revistas quanto antes, para se estudar a opção legislativa mais eficaz no combate às pensões ilegais, no sentido de reforçar a aplicação da lei e sancionar com mais precisão os operadores. Há que estreitar a comunicação e a colaboração entre os serviços responsáveis e os serviços de apoio, e que reforçar o destacamento dos inspectores, aliviando a falta de pessoal. Além do reforço da inspecção nas zonas mais problemáticas, há que criar uma rede de informação de malhagem mais apertada e mais eficaz com os moradores e as administrações dos edifícios destas zonas. Mais, há que sensibilizar os turistas, recorrendo a diversos meios, para a perigosidade das pensões ilegais, aumentando a consciência de segurança, por forma a prevenir e combater em conjunto as pensões ilegais e restabelecer o ambiente habitacional seguro e confortável para os residentes.

IAOD do Deputado Zheng Anting em 16.10.2019

Este ano comemora-se o 70.º aniversário da fundação da Nova China e, após 70 anos de esforços, o desenvolvimento da Pátria alcançou um sucesso notável a nível mundial. Este ano comemora-se também o vigésimo aniversário do retorno de Macau à Pátria. Ao longo destes vinte anos, com base nos princípios “Um país, Dois sistemas” e “Macau governado pelas suas gentes”, sob a orientação do alto grau de autonomia, com o forte apoio do Governo Central e com os esforços mútuos do Governo da RAEM e dos diversos sectores sociais, Macau tem vindo a desenvolver-se de forma próspera nos domínios social, económico, cultural e na vida em geral.

Na comemoração do 70.º aniversário da implantação da República Popular da China, o Presidente Xi Jinping fez um discurso importante, solicitando a continuação da política “Um País, Dois Sistemas”, a manutenção da prosperidade e estabilidade a longo prazo de Hong Kong e Macau, expressando a sua solidariedade e esperança para com as duas regiões administrativas especiais. A fim de melhor implementar o princípio “Um País, Dois Sistemas”, Macau precisa de fazer um balanço das experiências bem-sucedidas e continuar a avançar com os resultados obtidos. Macau deve integrar-se melhor no desenvolvimento nacional, participar activamente nas estratégias de desenvolvimento “Uma Faixa, Uma Rota” e “Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau”, esforçar-se para elevar a auto-construção e aumentar a competitividade da cidade. Macau tem limitações em termos de espaço e recursos humanos, por isso, deve aproveitar as oportunidades de “entrada e saída”, esforçando-se para transformar Macau num centro mundial de turismo e lazer e numa plataforma de comércio entre a China e os Países de Língua Portuguesa e desenvolver o sector financeiro com características próprias, a fim de concretizar a diversificação da economia e salvaguardar a segurança económica.

Macau deve ainda prestar atenção à resolução dos seus problemas, manter a estabilidade social e garantir o bem-estar da população. Desde o retorno à Pátria, a economia de Macau tem-se desenvolvido rapidamente e a qualidade de vida da população melhorou constantemente, mas os problemas sociais relacionados com a habitação, saúde, transportes, emprego e protecção dos idosos continuam por resolver. Mais, a reforma administrativa não consegue acompanhar o desenvolvimento socioeconómico, e os problemas de baixa eficácia administrativa e a falta de coordenação interserviços ainda não foram resolvidos, o que não facilita a vida dos cidadãos e prejudica a criação de um bom ambiente de negócios. Por outras palavras, ao integrar-se no desenvolvimento económico nacional, Macau deve prestar atenção ao desenvolvimento do “*soft power*”. Na procura de oportunidades para o desenvolvimento económico, é necessário reforçar a

resolução dos problemas sociais e da vida da população, reorganizar e distribuir de forma mais científica os recursos sociais, definir e concretizar os diversos planos que se coadunam com o desenvolvimento a longo prazo de Macau, para que os residentes possam partilhar verdadeiramente dos frutos do desenvolvimento económico, pois só assim é que é possível promover a concretização com sucesso do princípio “um país, dois sistemas” e reforçar os sentimentos de pertença e reconhecimento.

Creio que, sob a forte liderança do Governo e com a atenção e o apoio do Governo Central, Macau vai conseguir alcançar resultados brilhantes, e a vida dos residentes vai, com certeza melhorar. Macau vai continuar a ser o modelo de sucesso de “Um país, dois sistemas”!

2019-10-16 IAOD

José Maria Pereira Coutinho

INTERVENÇÃO ANTES DA ORDEM DO DIA - "Para que servem os cerca de 50 organismos consultivos, 80 organismos funcionais e os 28 fundos criados pelo Governo até à presente data?"

Em breve, a RAEM celebra o seu vigésimo aniversário e não obstante a acumulação de boas reservas financeiras resultantes principalmente das receitas dos casinos subsistem graves problemas sociais que deveriam ter sido rapidamente resolvidos.

O próximo Chefe do Executivo terá a elevada responsabilidade de tentar resolver os problemas relacionados com a insuficiência da habitação pública, o desmoronamento da saúde pública, a falta de apoios aos idosos, a irresponsabilidade dos titulares dos principais cargos públicos e a baixa moral da maioria dos trabalhadores da função pública.

Para aliviar os supracitados sofrimentos dos cidadãos e dos trabalhadores da APM, o Governo, criou até finais de Dezembro de 2018 mais de 28 fundos para distribuição de subsídios, que a nosso ver, não tem surtido efeitos, porque nem tudo se consegue resolver com dinheiro, para além do muito do dinheiro ter sido mal gasto, como aconteceu com os 200 milhões concedidos à Viva Air que até hoje, não foram devolvidos e ninguém responsabilizado por este mau empréstimo.

Por uma questão de ética, moral e respeito pelo seu sucessor, sugerimos ao actual Chefe de Executivo de abster de renovar e nomear os membros dos organismos consultivos para além do término do seu mandato como dirigente máximo da RAEM. Vejamos, por exemplo, umas das mais flagrantes renovações da Comissão Especializada para a Fiscalização dos Problemas relacionados com Queixas contra a Disciplina do Pessoal do Comissariado contra a Corrupção cujo mandato terminava este ano, mas contudo, o Chefe do Executivo decidiu renovar para além do seu próprio mandato que termina no final do corrente ano com a tomada de posse de Ho Iat Seng ao quinto mandato de dirigente máximo da RAEM. Também os membros do Conselho de Desenvolvimento Económico e de Comissão de Gestão do Tratamento de Queixas Apresentadas por Trabalhadores dos Serviços Públicos, foram renovados os seus mandatos para além do prazo do mandato do cargo do actual CE.

Por outro lado, caberá ao próximo Chefe de Executivo a responsabilidade de verificar a necessidade da existência de centenas de organismos consultivos e funcionais muitos deles inúteis e que só serviram para atrasar a tomada de decisões por parte das entidades competentes e desviar a responsabilidade das más decisões.

Actualmente a máquina administrativa é pesada, complicada, burocrática e impeditiva de tomada de decisões céleres havendo necessidade urgente de racionalizar, equilibrar e redistribuir os recursos humanos dentro dos serviços para obtenção de serviços públicos de qualidade.

Vamos ver se isto acontecerá no futuro!

Muito obrigado

O Gabinete do Deputado à Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau aos 16 de Outubro de 2019.

José Pereira Coutinho

IAOD do Deputado Ng Kuok Cheong em 16.10.2019

Não há notícias sobre o inquérito previsto para Setembro O Governo deve avançar com as preparações do processo legislativo para as “terras de Macau para as gentes de Macau”

O Governo Central autorizou a RAEM a avançar com 350 hectares de novos aterros, para dar resposta exclusiva às necessidades habitacionais dos residentes. Depois de vários debates, o Chefe do Executivo encarregou, finalmente, a Direcção dos Serviços de Estudo de Políticas e Desenvolvimento Regional de estudar a matéria. Interpelado várias vezes, o Governo respondeu que a questão devia ser estudada e decidida à luz da Lei Básica e da Lei de terras, e na resposta à minha interpelação oral, a referida Direcção adiantou que ia realizar um inquérito em Setembro, mas até agora não se verificou nenhum avanço.

A referida Direcção deve explicar se realizou em Setembro, como previsto, o inquérito sobre a política “terras de Macau para as gentes de Macau” nos novos aterros, e quais foram os resultados. Deve esclarecer, em particular, se vai ser possível concluir os estudos e tomar decisões à luz da Lei Básica e da Lei de terras ainda durante este ano, para se iniciar quanto antes os trabalhos legislativos.

Como ainda não foi concedido nenhum terreno nos novos aterros, ainda não está implicada nenhuma propriedade privada adquirida, por isso, agora, antes que tal aconteça, é a altura oportuna para estabelecer restrições legais e aproveitar os novos aterros, com base na distinção entre as finalidades de habitação e de especulação, para resolver as necessidades habitacionais dos residentes. Agora que os dirigentes já se aperceberam que esta política nunca vai retirar terrenos à habitação pública, já não há mal-entendidos para atrasar a sua concretização!

Repito que o Governo tem de garantir a criação prévia do “regime de limitação de compra de terrenos de Macau para as gentes de Macau nos novos aterros urbanos”, sem prejuízo dos direitos de propriedade adquiridos, e tem de continuar a garantir, antes da conclusão da consulta pública e do respectivo processo legislativo, que os terrenos destinados a habitação nos novos aterros nunca poderão ser concedidos a título furtivo, de forma a salvaguardar as necessidades de habitação dos residentes de Macau!

IAOD do Deputado Au Kam San em 16.10.2019

Os proprietários têm de assumir as despesas da reconstrução A reconstrução dos bairros antigos dificilmente consegue dar um passo

A reconstrução dos bairros antigos, que se arrasta há 15 anos, deve ser um tema importante, especialmente numa cidade onde os recursos de solos são insuficientes, pois permite uma utilização mais eficiente dos terrenos. Para os residentes dos bairros antigos que vivem em prédios degradados, a política de reconstrução dos bairros antigos contribui para a reconstrução das suas casas e elevação das condições de habitação e qualidade de vida, e para a resolução do problema de deslocação dos idosos fisicamente débeis e com dificuldades na locomoção, por falta de elevadores nos edifícios antigos, tratando-se também de uma intenção inicial do Governo de há já 15 anos - reconstrução dos bairros antigos para melhorar a qualidade de vida da população.

O Governo criou a “Macau Renovação Urbana” totalmente constituída com capitais públicos, dispõe do plano de habitação para alojamento temporário e de habitação para troca no lote P da Areia Preta, e está a preparar a lei da renovação urbana. Tudo isto demonstra que já é altura de arrancar com a reconstrução dos bairros antigos. Mas, segundo o responsável da “Macau Renovação Urbana”, esta só vai prestar serviços de reconstrução e as despesas são pagas pelos próprios utentes, o que é surpreendente e alarmante. Ao longo dos anos, nunca se pensou que as despesas com a reconstrução fossem suportadas pelos proprietários, porque, se essas despesas forem suportadas pelos proprietários, a reconstrução dos bairros antigos, em princípio, dificilmente conseguirá dar um passo.

Os proprietários dos edifícios velhos dos bairros antigos são, na sua maioria, cidadãos da camada de base, com capacidade económica fraca. Se for o Governo a impulsionar a reconstrução desses bairros, permitindo que os moradores troquem as suas casas por outras e tenham uma habitação temporária gratuita durante o período de reconstrução, estes irão apoiar as medidas do Governo e colaborar activamente. Mas, se forem os proprietários dos edifícios antigos a pagar a reconstrução, creio que muitos não têm capacidade financeira para isso. Imagine-se um edifício de cinco pisos, com apenas três ou dois fogos por andar, que envolve mais de dez pequenos proprietários e famílias: se alguns deles não conseguirem suportar as despesas, é impossível o plano de reconstrução ser executado.

Se perguntarem: mas de onde vem o dinheiro para a reconstrução? A resposta é simples: aumentar o rácio de construção, ou seja, aumentar ligeiramente a área do edifício durante a reconstrução, e assim é possível recuperar os custos. Claro que não esperamos que se ergam arranha-céus com a reconstrução dos bairros antigos, mas, se aumentarmos um pouco o rácio de construção, por exemplo, definirmos 50 por cento como limite máximo, um edifício de 5 pisos pode ser

reconstruído com 8, o que é um uso mais eficiente para o terreno. Há quem entenda que a densidade populacional dos bairros antigos é muito alta, por isso, não é adequado aumentá-la construindo mais fracções. Mas, será que não se pode, de modo algum, aumentar um pouco o rácio de construção? A meu ver, os edifícios antigos de cinco andares não têm uma densidade populacional muito alta, e, pelo menos, é inferior à dos edifícios de 20 ou 30 andares. Assim, aquando da sua reconstrução, aumentar um pouco a sua área vai resolver a questão das despesas de reconstrução e eliminar os obstáculos para a implementação da reconstrução dos bairros antigos. Porque é que isto não se faz?

Se a reconstrução dos bairros antigos acabar por ser implementada através da permuta de fracções, os proprietários podem ter uma nova fracção sem ter de assumir quaisquer despesas com a construção. Isto é razoável? Trata-se de um “almoço gratuito”? Sou apoiante da reconstrução dos bairros antigos e devo apontar que nela está subjacente a ideia da utilização mais eficaz dos terrenos. Aumentar a área de construção, o número de fracções e os espaços para instalações comunitárias pode produzir, em geral, benefícios para a sociedade. Recorrer à permuta de fracções para iniciar a reconstrução dos bairros antigos não pode ser considerado como um “almoço gratuito”. Os moradores dos edifícios em estado de ruína são os primeiros a ser beneficiados com a reconstrução, mas, desde que esta seja uma política de transformação urbana com realização contínua, todas as pessoas vão poder usufruir dos benefícios resultantes da reconstrução, pois os prédios onde moram vão acabar por “envelhecer”. Cada um tem as suas necessidades e, se tivermos uma visão prospectiva, não invejamos os beneficiados agora, pois todos podem beneficiar da mesma política no futuro.

A meu ver, fazer a reconstrução dos bairros antigos à custa dos próprios proprietários não é uma solução viável. Essa política tem de ser ponderada com prudência. Há que determinar que a reconstrução seja executada pela Sociedade Macau Renovação Urbana, e que, através do ligeiro ajustamento da área dos prédios, se aditem algumas fracções e instalações comunitárias para resolver o problema dos custos, e permitir que os moradores consigam a permuta gratuita de fracções e alojamento temporário durante a reconstrução, reflectindo a importância desta política, que visa melhorar a qualidade de vida dos residentes. Espero que seja uma política boa, e não uma política má que provoque o descontentamento do povo.

IAOD do Deputado Sou Ka Hou em 16.10.2019

Abandonar a governação dos falcões e criar uma sociedade harmoniosa

Faltam dois meses para mudar o Governo, e o liderado por Chui Sai On já está na fase do “pôr-do-sol”. Assinalam-se, este ano, “duas celebrações”, com a tónica principal de manter a estabilidade política, assim, o Governo devia ter agido com prudência e feito menos para não ter tantas responsabilidades. Mas nada disto foi feito.

A polémica sobre o caso dos 60 mil milhões de patacas tornou-se quase a “última gota de água”. Desde a sua apresentação precipitada, até ao seu rápido cancelamento da ordem do dia e à sua retirada formal, uns meses depois, parecia que o Governo estava a testar o limite máximo dos cidadãos. Se o público afrouxar, as acções do Governo, sem limites, transparência, planos ou consulta pública, também podem ser concretizadas.

A proposta de lei, em apreciação na comissão da AL, ridicularizada pelo público como a “Lei de prevenção contra a população”, também tem suscitado muitos problemas e pode ser a “última gota” antes da mudança do Governo. A criação do “crime de rumores” mostra a forte intenção do Governo de “prevenção contra a população”, e esta lei tem sido criticada como uma “lei de boatos mal-intencionados”. Como se define o “incidente de segurança na sociedade” da proposta? Pode não ter limites. Como determina o Chefe do Executivo (CE) o estado de 3.º grau? Ninguém sabe. O CE até tem o direito de aplicar as chamadas “medidas de carácter excepcional”, para requisitar bens privados, suspender a Internet, encerrar as organizações populares e proibir as reuniões e manifestações, tudo como se fosse em “estado de emergência”.

O Governo, proponente, apresentou duas propostas concretas de alteração antes de uma discussão profunda em sede da Comissão. Este estilo legislativo de “apagar uma das chamas só quando a vê” não deve ser usado por um governante. O Governo deve pensar porque é que esta proposta de lei tão simples está a criar tanta polémica e até leva cidadãos a pensar em protestar contra a lei? Tudo isto porque o Governo tem a mentalidade dos “falcões”, só quer ser “o vencedor que leva tudo”, e não encara atempadamente as opiniões racionais da população, não faz concessões sinceras, nem suspende assuntos controversos, logo, é possível que algumas partes, onde seria fácil haver consenso, sejam mesmo afectadas.

Este estilo de governação dos “falcões” tem a tendência de se alastrar, ameaçando os legítimos direitos fundamentais dos cidadãos e fazendo com que o público que deseja expressar opiniões pacíficas e racionais perca a liberdade de viver sem medo, o que nos deixa muito preocupados. O Governo pode apreciar politicamente o tema de uma reunião lícita e usar a expressão “as reivindicações

não foram comprovadas”, para privar a liberdade de expressão garantida pela Lei Básica e pelas várias convenções internacionais. Houve estudantes que não disseram nada e só empunharam cartazes A4 com *slogans* num campo universitário, mas os altos dirigentes distorceram publicamente os princípios da lei de reunião, acusando-os de “reunião ilegal”. Outros afixaram cartazes A4 com *slogans* nas ruas, e violaram apenas o Regulamento Geral dos Espaços Públicos, com multa de 600 patacas, mas o Governo acusou-os de “dano criminal”. Até um professor da disciplina de política numa universidade foi alvo de denúncias e críticas sem escrúpulos, por ter escolhido conteúdos pedagógicos não correspondentes às opiniões políticas de alguns “alunos anónimos”.

Os governos mundiais estão sempre a aprender com os erros, mas isto não significa que o povo aceite governantes que repetem erros. O Doutor Wu Zhiliang, que estudou vários anos a História do desenvolvimento político de Macau, deixou, numa obra de 2000, o seguinte: “Antes do estabelecimento da RAEM, Macau encontrava-se ainda numa fase de baixo desenvolvimento político. Por isso, após o referido estabelecimento, há que haver um esforço para alargar a esfera pública, introduzindo nela a sociedade civil que não está habituada a expressar publicamente as opiniões, para criar uma estrutura de equilíbrio e de interações benignas entre ela e o Governo, assegurando a segurança e uma estabilidade social duradoura”. Se alguns governantes insistirem em adoptar uma atitude de “falcão” na governação, o espaço para a população exprimir pacificamente a sua opinião é reprimido, assim, quando o descontentamento acumulado daquela atingir o ponto crítico, pode haver repercussões, o que vai trazer consequências políticas inimagináveis para o Governo.

Como já reiterei várias vezes, os bons governantes resolvem os problemas e não “acabam” com quem os apresenta, pois, o que perturba a sociedade são os problemas, e não quem os levanta. Se os governantes acham que “acabar” com quem apresenta os problemas pode resolver facilmente os mesmos, vão, de certeza, fracassar.

Terá lugar, em breve, a mudança do Governo, e deixo aqui um apelo ao novo Governo para abandonar a atitude de “falcão”, abrir a mente e resolver os conflitos a partir da fonte. Assim é que se pode criar uma sociedade verdadeiramente harmoniosa, defendendo os princípios “Um país, dois sistemas” e “Macau governado pela sua gente” com “alto grau de autonomia”.

**IAOD dos Deputados Iau Teng Pio, Fong Ka Chio e Chan Wa Keong em
16.10.2019**

**Apelo ao reforço da educação e sensibilização sobre a Constituição e a Lei
Básica**

A Constituição e a Lei Básica são, em conjunto, a base constitucional da RAEM. Desde o retorno à Pátria, o Governo da RAEM tem dado importância à promoção e sensibilização da Constituição e da Lei Básica, dando prioridade ao aumento da consciência e dos conhecimentos da população em relação à Constituição e à Lei Básica. Aliás, tem recorrido a diversos meios, tais como, palestras, colóquios, competições, etc., para desenvolver, nas escolas, instituições e bairros comunitários, a promoção da Constituição e da Lei Básica entre as diversas faixas etárias da população, criando no seio da sociedade a forte ideologia comum de amor ao País e a Macau, e contribuindo para o desenvolvimento equilibrado das vertentes política, económica, cultural e social, sendo notável o sucesso da concretização do princípio “Um País, Dois Sistemas”.

A continuidade da promoção e transmissão do espírito de amor ao País e a Macau e a consolidação da base social, inerente à concretização do princípio “Um País, Dois Sistemas” e da Lei Básica, são trabalhos que permitem garantir de forma mais forte a prosperidade e a estabilidade permanentes de Macau. Para tal, a RAEM tem de reforçar a educação e a sensibilização sobre a Constituição e a Lei Básica, para que o público fique a conhecer melhor a estabilidade, a prosperidade e o sucesso resultantes da implementação bem-sucedida do princípio “Um País, Dois Sistemas” e para que seja aumentada a consciência da sociedade em relação à Constituição e à Lei Básica. Assim, apresento à discussão os seguintes dois pontos:

1. Há que incluir, gradualmente, nos materiais pedagógicos do ensino primário e secundário, os conteúdos sobre o espírito da Constituição e da Lei Básica, ajudando os adolescentes, desde cedo, a assimilar o conceito de País e a consciência em relação à Constituição e à Lei Básica, por forma a passar o amor ao País e a Macau de geração em geração.

2. A reserva de quadros qualificados é a essência do sucesso de qualquer trabalho. O Governo da RAEM deve reforçar o desenvolvimento de equipas para a educação e sensibilização sobre a Constituição e a Lei Básica, retendo e aumentando as equipas de docentes qualificados naquelas matérias, com vista a dar resposta às necessidades resultantes do aprofundamento constante dos trabalhos de educação e sensibilização.

IAOD do Deputado Leong Sun lok em 16.10.2019

Subemprego dos trabalhadores do sector do turismo devido a factores externos

Devido a factores externos e aos incidentes em Hong Kong, nos últimos três meses, os trabalhadores do sector do turismo, que sobrevivem com as excursões, estão a atravessar um período difícil de grave subemprego. De acordo com um inquérito realizado por associações do sector a guias turísticos, condutores de autocarros turísticos e retalhistas que prestam serviços a grupos turísticos, mais de 90 por cento dos 300 inquiridos sofreram uma queda significativa do volume de trabalho, com o rendimento a diminuir para metade. Durante a Semana Dourada do Dia Nacional, a situação manteve-se grave.

Quanto aos guias turísticos, é verdade que foi lançada recentemente a política que permite aos de Macau trabalharem na Ilha de Hengqin, Zhuhai, mas como a política é nova, o mercado ainda não está amadurecido, e os benefícios demoram a fazer-se sentir. Quanto aos condutores, como muitos auferem um salário de base baixo, ou não têm salário de base, quando param de trabalhar, a vida torna-se difícil. Alguns procuraram emprego noutras empresas, mas não obtiveram resposta, e temem não ser contratados por já terem alguma idade. Ao mesmo tempo, segundo alguns condutores, a situação de trabalho ilegal e não autorizado continua grave. Alguns hotéis contratam trabalhadores não residentes para o serviço de *valet* ou condução de limusina, e alguns condutores não residentes com licença especial de condução são contratados para conduzir autocarros dos casinos. Isto está a afectar gravemente o emprego dos condutores locais. Os profissionais deste sector, como os guias turísticos e os condutores, esperam que o Governo preste atenção às suas dificuldades e tome medidas de curto prazo para resolver os seus problemas prementes, ou apoiar os trabalhadores na reconversão profissional e na procura de um novo espaço de desenvolvimento.

Face a esta situação, em conjunto com os deputados ligados à FAOM, acompanhei, entre outras, a Associação de Guia Turístico de Macau, a *Macau International Chartered Tourist Guide Association* e a Associação Geral dos Motoristas de Actividade Turística de Macau a uma reunião, respectivamente, com a Direcção dos Serviços de Turismo (DST), o Secretário Alexis Tam e a Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais (DSAL). Os serviços competentes afirmaram a vontade de prestar assistência, estando as medidas em concreto por concretizar.

O sector do turismo é uma actividade importante para a economia de Macau e tem imensos trabalhadores. Nos últimos anos, houve alterações no seu ambiente e o ajustamento das políticas de visto no Interior da China, assim, o sector, cuja sobrevivência tradicionalmente depende das excursões em grupo, está a

enfrentar desafios e precisa duma transformação. O Governo deve aumentar-lhe o aconselhamento de emprego e disponibilizar acções de formação profissional, a fim de aumentar a sua competitividade, ajudando-o em busca de novas oportunidades de desenvolvimento. Perante a actual queda drástica do volume de trabalho, situação que faz perder a “tigela de arroz” dos trabalhadores e lhes traz dificuldades em mudar da profissão, espera-se que o Governo lance medidas de curto prazo, para resolver as necessidades iminentes do sector. A longo prazo, há que fazer bem o planeamento para o sector do turismo, e estudar a cooperação entre Macau e as outras cidades da Grande Baía nesse âmbito, envidando mais esforços no planeamento de novos projectos turísticos, para aumentar as fontes de clientela e criar um ambiente melhor para a sobrevivência e o desenvolvimento do sector.

IAOD do Deputado Lao Chi Ngai em 16.10.2019

Olhar para a história, dar valor ao presente e enfrentar o futuro

Faltam dois meses e quatro dias para celebrarmos os vinte anos da transferência da soberania de Macau. Só olhando para a história é que podemos valorizar o presente. Creio que não nos esqueceremos da situação de segurança, da deterioração do ambiente de negócios e da recessão geral da economia antes do retorno de Macau à Pátria, em 1999. Entre 1996 e 1999 registaram-se 4 anos consecutivos de crescimento negativo do PIB e uma elevada taxa de desemprego que atingiu os 6,4% em 1999, e o rendimento mensal dos residentes em 1999 era mais baixo do que em 1996.

Passados 20 anos registou-se uma grande alteração, pois a economia de Macau deu um grande salto histórico. De acordo com os dados do FMI e do Banco Mundial, o PIB per capita ocupa o segundo lugar no mundo e o primeiro lugar na Ásia, tornando-se, assim, na região mais rica da Ásia. Trata-se dum capítulo glorioso do chamado “Milagre de Macau”.

Sem necessidade de qualquer análise profunda e sistemática, todos nós conseguimos perceber que o sucesso actual de Macau depende do carinho e do apoio do Governo Central. Não nos podemos esquecer da crise económica devido à pneumonia atípica (SARS) em 2003, e da grande pressão que a economia de Hong Kong e Macau enfrentou. E para a recuperar, o Estado lançou, com a maior brevidade possível, a “política de vistos individuais”; em 2009, foi autorizada a construção de um novo campus da Universidade de Macau na Ilha de Hengqin, apoiando-se plenamente a RAEM na aceleração da formação de quadros qualificados e resolvendo-se, ao mesmo tempo, o problema da falta de um campus; em 2015, foram aprovados 85 km² de áreas marítimas sob jurisdição da RAEM, promovendo o desenvolvimento da diversificação adequada da economia, etc. Estamos hoje numa cidade próspera, animada, harmoniosa e estável, isto não foi fácil de alcançar e merece a nossa valorização.

Actualmente, a conjuntura externa é complexa, as perspectivas da guerra comercial entre a China e os Estados Unidos não são claras, e os incidentes na região vizinha de Hong Kong continuam, situação que tem claramente afectado a economia de Macau. Porém, nos últimos 20 anos, Macau tem acumulado boas bases de desenvolvimento económico-social e uma grande reserva financeira, e no contexto da construção da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, o Governo Central tem lançado sucessivas políticas e medidas favoráveis a Macau. Por exemplo, recentemente, os meios de comunicação social revelaram que a proposta da Bolsa de Valores de Macau já tinha sido apresentada ao Governo Central. Mais, o Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional (APN) irá apreciar, durante a reunião do final deste mês (de 21 a 26 de Outubro), a proposta de lei que autoriza a RAEM a exercer a jurisdição sobre o Posto

(Tradução)

Fronteiriço de Macau na Ilha da Montanha na zona do lado de Macau e respectiva extensão. Tudo isto irá proporcionar a Macau uma rara oportunidade de desenvolvimento. Com o forte apoio da Pátria como pilar de Macau, todos trabalharão em conjunto para avançar, mudar e inovar, avançando com passos firmes. Independentemente da mudança da conjuntura internacional, Macau pode “navegar na sua embarcação com segurança”.

IAOD do Deputado Mak Soi Kun em 16.10.2019

A educação sobre o amor pela Pátria e por Macau deve começar por uma especialização em História!

Este ano comemoram-se os 70 anos da fundação da Nova China, e tive a honra de participar nas actividades de comemoração do Dia Nacional da República Popular da China, com as forças armadas poderosas, os seus passos vigorosos e firmes, as palavras de ordem uníssonas, e as armas modernas, o que é muito emocionante e motivo de orgulho. A nossa qualidade de vida conseguiu melhorar graças à prosperidade da Pátria e ao esforço solidário do povo, e com isto percebemos que, se a Pátria for forte, o povo é feliz!

Olhando para a história recente, após as duas Guerras do Ópio, a Primeira Guerra Sino-Japonesa, a invasão da Aliança das Oito Nações e a Segunda Guerra Sino-Japonesa, o País estava muito atrasado e sofreu muitas humilhações. Face a isto, devemos aprender com a História, para os chineses não voltarem a passar por períodos de opressão, como já aconteceu, portanto, enquanto povo chinês, devemos conhecer melhor a história do País, sendo, obviamente, muito importante melhorar a educação histórica. Os problemas sociais ocorridos recentemente nas regiões vizinhas merecem a nossa reflexão. Já ocorreram 20 anos desde o Retorno de Macau à Pátria, mas, quanto à população, será que também se registou um retorno?

Cheguei a apresentar intervenções antes da Ordem do Dia em 16 de Outubro, Novembro e Dezembro de 2014, e interpelações escritas em Outubro e Novembro de 2014, e em 19 de Janeiro de 2015, propondo ao Governo que uniformizasse os manuais de História, para elevar os conhecimentos de História do País e a identidade nacional, reforçasse a formação dos professores de História e avaliasse os resultados da educação cívica. O Governo lançou a edição revista do manual “Educação Moral e Cívica” no ano lectivo de 2016/2017, e começou a promover a uniformização dos manuais de História no ano passado, o que demonstra que tem vontade de ouvir as opiniões da população, melhorar a qualidade da educação patriótica e cívica, e continuar a tradição de amar a Pátria e amar Macau. Isto merece o nosso elogio! Recentemente, os dirigentes do País enviaram uma mensagem, esperando que estejamos preparados para as adversidades, e contemos aos jovens o antes e o depois do retorno de Macau à Pátria, para eles continuarem a tradição de amar a Pátria e Macau, participarem activamente na construção da Grande Baía e construírem em conjunto um futuro mais brilhante para Macau.

A História e a realidade revelam-nos que a felicidade não é imediata! O profundo conhecimento da História da nossa nação, para a população, especialmente os jovens, poderem, através daquela, dominar bem o rumo do desenvolvimento social, é um trabalho de longo prazo. Para o trabalho relacionado com o amor pela Pátria e por Macau ser bem desenvolvido, alguns cidadãos

sugerem:

1. Nos novos materiais didácticos de História aditam-se as respectivas instruções, os cadernos de exercícios e os materiais de revisão, para os professores poderem utilizá-los adequadamente para transmitir a educação sobre o amor pela Pátria e por Macau, e proceder a uma avaliação periódica do desempenho.

2. O mais importante é reforçar a qualidade dos docentes da disciplina de História. Há que aprofundar, continuamente, os conhecimentos dos docentes de Macau sobre a História e a cultura chinesas, para constituir uma base sólida nesse sentido. Os docentes da disciplina de História têm de se responsabilizar por ensinar os alunos a conhecerem, de forma correcta, a Pátria. Se os primeiros não conhecem a Pátria correctamente, como é que podem concretizar a educação de “amor à Pátria e amor a Macau”? Logo, pode começar-se por intensificar a formação dos docentes da disciplina de História e organizar cursos para conhecimento da situação da Pátria, criando assim um ambiente favorável ao reforço do “amor à Pátria e amor a Macau”.

3. Os resultados da educação de “amor à Pátria e amor a Macau” nestes últimos anos não pararam de melhorar. Mas o Governo da RAEM, onde assenta a prevalência do poder Executivo, deve estar preparado para as adversidades. Logo, há que tomar a iniciativa de reforçar os conhecimentos dos funcionários públicos sobre a História nacional, permitindo à população conhecer que a sua felicidade será assegurada quando o nosso País ficar forte.